



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Gestão de Políticas Públicas

Amanda da Cunha Panis

**Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado:
Análise dos resultados recentes da política**

Brasília– DF

2015

Amanda da Cunha Panis

**Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado:
Análise dos resultados recentes da política**

Monografia apresentada ao Curso
de Gestão de Políticas Públicas como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharela em Gestão de Políticas
Públicas.

Professor Orientador: Dr. Franco de
Matos

Brasília – DF

2015

Panis, Amanda da Cunha.

Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: Análise dos resultados recentes da política / Amanda da Cunha Panis – Brasília, 2015.

Fls.46.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Gestão de Políticas Públicas, 2015.

Orientador: Profº. Franco de Matos, Departamento de Gestão de Políticas Públicas.

1. Microfinanças. 2. Política de Microcrédito. 3. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. 4. Ministério do Trabalho e Emprego.

Amanda da Cunha Panis

**Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado:
Análise dos resultados recentes da política**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Amanda da Cunha Panis

Profº Dr. Franco de Matos

Professor - Orientador

Profº Dr. Daniel Bin
Professor-Examinador

Prfº Dr Luiz Fernando Macedo
Bessa
Professor-Examinador

Brasília, 9 de julho de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus, por ter me dado o dom da vida e ter me feito chegar até aqui. Não teria conseguido sem as forças que recebo diariamente de Dele e de Nossa Senhora.

Aos meus pais, Ana Lúcia e Osmar, agradeço o amor, incentivo e apoio incondicionais nas horas mais difíceis, de desânimo e cansaço. Serei eternamente grata.

Aos meus irmãos, Ana Paula e Júnior, que por muitas vezes entenderam minha ausência e me apoiaram para que esse trabalho fosse o melhor possível. Não teria conseguido sem vocês.

Às minhas amigas, Anna Luísa, Caroline, Laís, Nathália e Rachel que me apoiaram desde o início dessa jornada e ajudaram a me reerguer nos momentos de fraqueza.

Ao meu orientador, Profº. Franco de Matos, por acreditar nesta proposta desde o início. Contei com seu apoio inestimável em todas as etapas deste trabalho, agradeço pelo aprendizado em suas obras publicadas, no Seminário “A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumentos de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva” e nas reuniões de orientação.

À minha família, dedico estas páginas, pelo apoio e carinho de sempre.

RESUMO

Esse estudo apresenta uma análise da política de microcrédito sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, estruturada em torno do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O principal objetivo dos Programas de Microcrédito ou de Crédito Orientado é proporcionar alternativas de geração de trabalho e renda por meio do fortalecimento das atividades econômicas de pequeno porte, para além das formas assistencialistas de atender a população de menor poder aquisitivo. Neste trabalho de pesquisa, buscou-se analisar a evolução do microcrédito em seu papel de promoção da inclusão socioeconômica via apoio creditício aos microempreendedores informais. A criação do PNMPO, em 2005, representa um marco no esforço da estruturação de uma política pública de microfinanças no Brasil. Além disso, este estudo busca contextualizar as restrições e dificuldades de acesso a crédito, enfrentadas pela população de baixa renda, usando como fundamento a teoria do racionamento de crédito. Para analisar o desempenho do PNMPO, utilizou-se dados recentes do programa, verificando-se que de fato o programa vem permitindo um maior acesso a crédito aos pequenos empreendedores.

Palavras-chave: Microfinanças. Política de Microcrédito. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Ministério do Trabalho e Emprego.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativos Temporais de Execução do PNMPO – 2014 e 2013.....	35
Tabela 2 – Carteira Ativa por Constituição Jurídica	35
Tabela 3 – Quantitativo de Instituições Habilitadas pelo MTE a operar no âmbito do PNMOP	36
Tabela 4 – Clientes do PNMPO por Gênero	36
Tabela 5 – Clientes do PNMPO por Situação Jurídica	37
Tabela 6 – Clientes do PNMPO por Finalidade de Crédito	38
Tabela 7 – Clientes do PNMPO por Ramos de Atividade	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI - Agente de Intermediação

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEAPEs - Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

CMN - Conselho Monetário Nacional

CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FUNPROGER - Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda

IAF - *Inter-American Foundation*

IFO - Instituições Financeiras Operadoras

IMPO - Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado

MPEs – Micro e Pequenas Empresas

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONG - Organização Não Governamental

OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PDE - Programa Anual de Depósitos Especiais

PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

SCM - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVO GERAL.....	11
1.2	OBJETIVO ESPECÍFICO	11
1.3	JUSTIFICATIVA	11
1.4	PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.5	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO	14
2.1	MUHAMMAD YUNUS E O <i>GRAMEEN BANK</i>	14
2.2	A EXPANSÃO MUNDIAL DO MICROCRÉDITO	15
2.3	PROGRAMAS PIONEIROS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL	17
2.4	DEFINIÇÃO DE MICROCRÉDITO	18
2.5	MICROCRÉDITO PRODUTIVO	19
2.6	CRÉDITO ORIENTADO E AGENTE DE CRÉDITO	19
2.7	PÚBLICO-ALVO	20
3	MARCO CONCEITUAL	21
3.1	ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO	21
3.2	ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO.....	24
3.3	SELEÇÃO ADVERSA	25
3.4	RISCO MORAL	26
4	CARACTERÍSTICAS DO MICROCRÉDITO.....	28
4.1	AVAL SOLIDÁRIO.....	28
4.2	RAPIDEZ NA CONCESSÃO DOS EMPRÉSTIMOS E PARCELAMENTO EM PERÍODOS CURTOS.....	29
4.3	INCENTIVOS PROGRESSIVOS.....	29
5	MARCO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO BRASIL	30
5.1	LEGISLAÇÃO.....	30
5.2	INSTRUMENTOS DA POLÍTICA.....	32
5.3	COORDENAÇÃO	33

5.4	ATORES QUE EXECUTAM A POLÍTICA	33
5.5	ANÁLISE DOS RESULTADOS RECENTES DA POLÍTICA.....	33
	a) Execução do PNMPO 2014	34
	b) Carteira Ativa por Constituição Jurídica	35
	c) Distribuição dos Clientes por Gênero	36
	d) Distribuição por Situação Jurídica	37
	e) Finalidade de Crédito	38
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	42

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o microcrédito tem sido considerado uma alternativa para geração de trabalho e renda no Brasil e no mundo. A oferta de crédito para as populações mais pobres (especialmente aqueles que operam no mercado de trabalho informal) visa não só a redução da pobreza, como a promoção do desenvolvimento econômico e social de uma forma mais ampla. Com este propósito, surgiram nos países em desenvolvimento organizações denominadas "banco do povo", direcionadas à concessão de financiamentos de pequeno valor (microcrédito) aos empreendedores menos estruturados.

Estas instituições atuam diretamente junto à população de baixa renda, fornecendo microcrédito, e também, proporcionando assistência na elaboração dos planos de negócio, auxiliando na parte técnica e gerencial dos negócios, e facilitando o cumprimento das exigências de garantias através de metodologias criadas especialmente para este propósito (aval solidário, garantias evolutivas, dispensa de garantia através do testemunho de pessoas que avalizam a idoneidade do candidato ao crédito, etc.).

O microcrédito para população de baixa renda (também denominado de crédito popular) adota especificidades que o diferencia das operações de crédito nos moldes tradicionais, proporcionando procedimentos simplificados, menor burocracia, valores, prazos e taxas de juros compatíveis e flexibilidade em relação às garantias, exatamente o oposto da forma tradicional de se trabalhar com o crédito.

Do ponto de vista financeiro, a questão maior está em como desburocratizar sem perder a segurança no retorno do capital investido. A solução encontrada por tais programas, independentemente de suas diferenças, para facilitar a concessão e flexibilizar as garantias (como por exemplo, do aval solidário) e, ao mesmo tempo, assegurar o pagamento do financiamento, foi a inserção comunitária, com a valorização da relação direta com o microempreendedor e o conhecimento do seu negócio e de sua vida profissional, viabilizada através do agente comunitário de crédito, que estabelece um contato pessoal com o candidato ao microcrédito (cliente) e faz a análise do crédito '*in loco*'; ou seja, no próprio local onde a atividade profissional é exercida.

Um dos primeiros programas de microcrédito, o *Grameen Bank*, surgiu em Bangladesh na década de 1970. Na América Latina, entidades semelhantes se disseminaram nos anos 1970 e 1980. No Brasil, os programas de crédito popular estão presentes desde meados da década de 1970 a partir da estruturação de instituições especializadas em microcrédito, atuando com metodologia específica e operando em moldes autossustentáveis.

Este trabalho de conclusão de curso encontra-se desenvolvido em cinco capítulos. O capítulo 1 constitui-se um capítulo introdutório, pois trata de expor o Objetivo Geral, os Objetivos Específicos, a Justificativa, o Problema de Pesquisa e os Métodos e Técnicas de Pesquisa.

O Capítulo 2 aborda a definição microcrédito. Descreve importância do crédito orientado assistido pelo Agente de Crédito. Apresenta o público-alvo dos programas de microcrédito e analisa o crédito como ferramenta propulsora do desenvolvimento local. Também é apresentado breve histórico do microcrédito no mundo e no Brasil, com o objetivo de contextualizar o PNMPO.

No Capítulo 3, são abordadas limitações conceituais do mercado na oferta de crédito produtivo, relacionadas à preferência das instituições bancárias por maior rentabilidade e liquidez, e falhas inerentes ao mercado de crédito, referentes a problemas associados à assimetria de informação, que impõem racionamento de crédito, principalmente aos pequenos empreendimentos.

No capítulo 4 busca-se caracterizar as especificidades do microcrédito e as metodologias utilizadas para a sua concessão (aval solidário; rapidez nos empréstimos e parcelamento em períodos curtos; incentivos progressivos). Essas características do microcrédito são tratadas como tecnologia que solucionam os problemas apresentados no capítulo anterior.

O quinto capítulo é destinado à análise da atual política pública voltada ao microcrédito no Brasil (PNMPO) e são apresentadas as análises dos resultados recentes deste programa.

Por fim, são feitas as considerações finais do presente estudo.

1.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como objetivo geral compreender a atual política pública de microcrédito no Brasil, procurando analisar se o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem contribuído para o fortalecimento das atividades de microcrédito com base na experiência e resultados obtidos.

1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

A fim de cumprir o objetivo geral, e complementar a ele, tem-se como objetivos específicos:

- Levantar o histórico do microcrédito no mundo e no Brasil;
- Caracterizar as especificidades do microcrédito com base na literatura existente e descrever seu processo sob o ponto de vista de maiores facilidades de acesso ao crédito;
- Analisar o perfil dos usuários do microcrédito;
- Identificar os entraves sofridos pelos empreendimentos informais no acesso ao crédito;
- Analisar os procedimentos bancários no mercado de crédito tradicional;
- Abordar problemas associados à assimetria de informação e racionamento de crédito;
- Analisar a legislação como está estruturada a política de microcrédito no Brasil;
- Apresentar os resultados do PNMPO, correlacionando esses resultados com as características da metodologia do microcrédito apresentadas;
- Averiguar se o PNMPO se alinha às necessidades dos potenciais tomadores de microcrédito, atingindo, assim, seu objetivo econômico e social.

1.3 JUSTIFICATIVA

O destaque que o microcrédito alcançou, em âmbito nacional e mundial, nos últimos tempos, bem como suas potencialidades, no âmbito econômico e social, justifica, inicialmente, a escolha da temática desta pesquisa.

Os mercados creditícios possuem uma dimensão social e política, pois repercutem na economia e na sociedade. A oferta de crédito para as populações mais pobres (especialmente aqueles que operam no mercado de trabalho informal) visa não só a redução da pobreza, como a promoção do desenvolvimento econômico e social de uma forma mais ampla.

Por isso o microcrédito deve ser estudado a partir de uma perspectiva institucional, incorporado no campo das políticas públicas.

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. As políticas podem ser sociais, macroeconômicas ou outras (GELINSKI e SEIBEL, 2008 apud MIGUEL, 2012). O microcrédito é abordado como um programa governamental que representa um projeto de combate à pobreza e a exclusão social implantado via mercado financeiro.

Observada a importância de estruturação de instrumentos relacionados à concessão direta e indireta de crédito pelo poder público devido às limitações do mercado tradicional em ofertar crédito produtivo à população de baixa renda foi criado, em 2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com vistas a proporcionar um maior acesso ao crédito produtivo à população de baixa renda, proporcionando-lhe oportunidade de aumentar e diversificar suas fontes de renda.

Assim, a justificativa desse tema para a realização deste trabalho de conclusão de curso deve-se à importância do estudo da política do microcrédito no atual contexto econômico e financeiro do país, constituindo modalidade de política pública que gera impactos positivos tanto no desenvolvimento local da economia brasileira, bem como na qualidade de vida da população de mais baixa renda.

1.4 PROBLEMA DA PESQUISA

Considerando, portanto, a proposta em torno da política do microcrédito, enquanto ferramenta de geração de trabalho e renda e de redução de pobreza apresenta-se a seguir o problema da pesquisa: A política de microcrédito, estruturada em torno do PNMPPO, tem alcançado resultado em relação a tornar acessível o crédito aos empreendimentos menos estruturados?

1.5 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para Marconi e Lakatos (2003), “nem tudo aquilo que possui um método pode ser considerado científico, mas os métodos científicos são uma parte caracterizadora e imprescindível para a construção da ciência”. Para essas autoras, o método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que (...) permite alcançar o objetivo (...), traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 83).

Segundo Gil (2008), os métodos adotados para uma pesquisa são classificados em três grupos: descritivos, explicativos e exploratórios. Para avaliar a eficácia da política de microcrédito como política pública, a presente pesquisa adota os métodos descritivos e explicativos.

A pesquisa descritiva tem a finalidade de observar, analisar, registrar e interpretar os dados pesquisados sem a interferência do pesquisador. Para isso foi realizado um estudo bibliográfico e documental sobre o tema pesquisado.

Já a pesquisa explicativa tem como objetivo apontar os fatores que irão contribuir para a ocorrência de determinados fatos. É o tipo de pesquisa que busca analisar a realidade, explicando o porquê das coisas (GIL, 2008). O presente trabalho situa-se, na tipologia apresentada, pois visa a expor o potencial da oferta de microcrédito produtivo orientado como instrumento de geração de renda e emprego, impulsionando o desenvolvimento local e a inclusão social.

Os capítulos 2 e 4, que tratam sobre a contextualização do microcrédito e sobre as características do microcrédito, foram utilizadas como fonte bibliográfica e documental obras e artigos de vários estudiosos da área, principalmente o livro “A Atividade e a Política de Microcrédito No Brasil”, organizado por Franco de Matos; Júnior Macambira; Maria Cristina Cacciamalli.

A análise conceitual utilizada no capítulo 3 apoia-se no artigo seminal de Stiglitz e Weiss (1981), *Credit rationing in markets with imperfect information*, o qual busca explicar como o crédito é racionado pelos bancos em mercados com informação imperfeita.

No capítulo 5, o qual é destinado à análise da atual política pública voltada ao microcrédito no Brasil (PNMPO) foi utilizada como fonte bibliográfica a Lei 11.110/05

e o Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 3º trimestre de 2014 elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO

2.1 MUHAMMAD YUNUS E O *GRAMEEN BANK*

Embora haja registros de políticas governamentais de empréstimos a pessoas de baixa renda desde o século XIX na Europa, o caso mais famoso da utilização do microcrédito no combate à pobreza se deu na década de 1970, em Bangladesh (SANTIAGO, 2014; REYMÃO e CORRÊA, 2014). O professor da Universidade de Chittagong, Muhammad Yunus, preocupado com a situação de extrema pobreza de seu país e a miséria em que vivia a população, criou em 1976 o modelo de microcrédito que hoje é uma referência em todo o mundo, e vem sendo reproduzido em diversos países (ARAÚJO E LIMA, 2014).

De acordo com Yunus; Jolis (2000, p. 23):

Infelizmente não havia nenhuma instituição financeira capaz de satisfazer as necessidades dos pobres em matéria de crédito. Esse mercado do crédito, na ausência de instituições oficiais, fora açambarcado pelos agiotas locais, que sempre levavam seus “clientes” a se embrenhar mais fundo na estrada da pobreza.

Yunus nasceu em Bangladesh em 1940, estudou Ciências Econômicas em Nova Délhi, ampliou seus estudos nos Estados Unidos e ao retornar em 1972 para seu país, ficou espantado com a situação gritante de pobreza e miséria (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008). Observando que as pessoas pobres desejavam financiar suas atividades produtivas, mas eram excluídas do sistema bancário tradicional e se deparavam com dificuldade de acesso a recursos bancários, acabavam recorrendo a agiotas, que agravava a situação de pobreza perpetuada pelo efeito das elevadas taxas de juros cobradas (SANTIAGO, 2014; COSTA, 2014). Então, Yunus criou o *Grameen Bank*, o qual é especializado em concessão de microcrédito, baseado na compreensão que os pobres são merecedores de confiança e que podem pagar pequenos empréstimos.

Em geral, este modelo se diferencia do crédito tradicional basicamente por conceder empréstimo a um grupo de indivíduos ao invés de empréstimos individuais. Melhor explicando, os grupos solidários são formados grupos de 3 a 5 pessoas sem relação de parentesco e/ou de atividades entre si, que oferecem fiança coletiva, posto que os mesmos respondam conjuntamente pelo pagamento da dívida contraída se houver inadimplência de algum dos membros do grupo (COSTA, 2014).

A formação de grupos solidários supre a ausência de garantias reais, onde cada membro do grupo é avalista de todos os outros. Assim, “as instituições de microcrédito tentam sobrepujar essas barreiras oferecendo crédito regular aos pobres e adotando uma tecnologia de empréstimo que usa colaterais sociais” (REYMÃO e CORRÊA, 2014, p. 178). As relações de confiança e reciprocidade reduzem a possibilidade de inadimplência em virtude do monitoramento e pressão exercida pelos próprios membros, afinal, caso algum dos financiados não pague, caberá ao restante do grupo honrar a dívida.

Esta tecnologia de empréstimo é capaz de estimular a devolução dos valores captados pelos tomadores e, portanto, contribuir para a sustentabilidade financeira das organizações.

A direção dessa experiência privada de concessão de microcrédito foi focalizada preferencialmente nas mulheres, pelo fato das mulheres serem mais responsáveis em investir a renda com a família e não para uso pessoal, além de ampliar os ganhos sociais da política elas também são reconhecidas por serem melhores pagadoras do que os homens. (MATOS e outros, 2014).

Considerada como a experiência seminal da modalidade banco do povo em todo o mundo, o *Grameen Bank* teve o mérito de atuar como um autêntico agente de cidadania para as populações de baixa renda, na medida em que comprovou e popularizou a tese de que ‘o pobre é um ótimo tomador de empréstimo’.

2.2 A EXPANSÃO MUNDIAL DO MICROCRÉDITO

Atualmente, diversos países em desenvolvimento estão colocando nas agendas dos governos e das instituições financeiras o microcrédito, resgatando toda uma categoria econômica invisível até então, com o objetivo de proporcionar alternativas de renda ao emprego formal e favorecer geração de renda nas camadas

menos favorecidas da população (DANTAS, 2014; BITTENCOURT apud MATOS, 2012).

De acordo com Neri (2008, p. 28), “o *Grameen* fez importantíssimas contribuições metodológicas para o campo das microfinanças, hoje utilizada por grande parte das instituições ao redor do mundo”. O sucesso do programa é devido pela mudança na qualidade de vida das famílias por ele atendidas e tem sido considerada a experiência mais bem sucedida do mundo no fornecimento de microcrédito para pessoas desfavorecidas ou em pé de desigualdade (MIGUEL, 2012).

A ideia de dar acesso aos mais pobres a recursos financeiros para financiar seus empreendimentos, estimulando-os a atuar para a superação de seu estado de pobreza, foi coroada em 2006 com o Prêmio Nobel da Paz concedido para Muhammad Yunus e para o *Grameen Bank* (REYMÃO E CORRÊA, 2014).

Segundo Barone (2002, p.35):

O impacto positivo do microcrédito nas situações de pobreza é amplamente reconhecido. Ao permitir o acesso continuado ao crédito para negócios com capital próprio mínimo (razão pela qual não alcançam empréstimos junto ao sistema financeiro tradicional e pagam juros muito elevados a agiotas), fortalece o empreendimento e aumenta a renda das famílias. Desse processo, muitas vezes, resulta à volta do filho para a escola, a construção de novos cômodos na casa e a melhoria da qualidade da alimentação familiar.

Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 19) ressalta: “o prêmio traduz também o reconhecimento de que dificilmente haverá paz sem que a sociedade internacional reveja e mude a estrutura econômica, de modo a diminuir a desigualdade social”.

Hoje, existem programas nele espelhados em vários países. Neri (2008) e Barone (2002) apontam alguns casos de sucesso no mundo, como o Bank Rayat da Indonésia; Adopem da República Dominicana; Financeira Calpiá em El Salvador; BancoSol, Caja Los Andes, Prodem, FIE e Dartawi na Bolívia; Caja Social na Colômbia; Compartamos no México; MiniBanco no Peru e o CrediAmigo no Brasil.

Devido à importância da atividade de microcrédito e às melhorias socioeconômicas por ela alcançadas, em 2005, foi proclamado pela Assembleia Geral da ONU “O Ano Internacional do Microcrédito”. O Secretário-Geral Kofi Annan, em 29 de dezembro de 2003 afirmou em discurso:

O Ano Internacional do Microcrédito 2005 ressalta a importância do microcrédito como uma parte integrante do nosso esforço coletivo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Acesso sustentável a microfinanças ajuda a aliviar a pobreza através da geração de renda e criação de empregos, permitir que as crianças frequentem a escola, possibilitando as famílias obterem cuidados de saúde e capacitar as pessoas para tomar decisões que melhor se adequam às suas necessidades. O grande desafio diante de nós é abordar as limitações que excluem as pessoas e impedi-los de participar plenamente no setor financeiro. Juntos, podemos e devemos construir setores financeiros inclusivos que ajudam as pessoas a melhorar suas vidas.¹

2.3 PROGRAMAS PIONEIROS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

No Brasil, segundo Dantas (2014), mais especificamente nos municípios de Recife e Salvador, a primeira iniciativa de microcrédito foi realizada em 1973, com suporte da *Accion International* e empresários da região. Foi fundada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), uma associação civil sem fins lucrativos, que tinha intenção de alavancar as condições sociais e econômicas dos cidadãos de baixa renda do setor informal através da capacitação e concessão de crédito.

De acordo com Dantas (2014), a UNO tinha como objetivos: a) demonstrar para as autoridades que se um empreendedor pobre, informal recebesse um crédito para investir em sua atividade econômica o pagaria adequadamente; b) que esse crédito, ao longo de certo período, fortaleceria essa atividade, melhoraria as condições de vida da família e criaria novos postos de trabalho.

A UNO, desde então, forneceu as bases para a criação de dezenas de agentes de crédito especializados no mercado informal e tornou-se referência para vários programas de microcrédito na América Latina, os quais lapidaram-se e produziram novas metodologias, capaz de atender aos mais pobres economicamente ativos. Apesar deste relativo êxito, o Programa terminou em 1991, devido a situação macroeconômica do país, com altas taxas de inflação e por não possuir uma política de autossustentabilidade. (Matos e outros, 2014).

A primeira organização formal em Microcrédito foi fundada em 1987, com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), na

¹ Disponível em: <http://www.yearofmicrocredit.org/pages/multilingual/spanish.asp>. Acesso em 29/05/2014.

cidade de Porto Alegre / RS. Este centro, fundado como organização não governamental, teve apoio de recursos para empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Inter-American Foundation (IAF). Além dos outros CEAPes, foram criadas diversas instituições como a PortoSol; Crediamigo; Cred Cidadania; entre outras. (SANTIAGO, 2014; ARAÚJO E LIMA 2014)

2.4 DEFINIÇÃO DE MICROCRÉDITO

O microcrédito constitui-se como a concessão de empréstimos a empreendimentos de pequeno porte coadunado às políticas públicas de redução de miséria e geração de trabalho e renda (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008). Ele distingue-se dos demais tipos de operações de crédito tradicionais substancialmente pela metodologia de concessão de crédito diferenciada. É uma atividade de empréstimo simplificado para dar impulso a um negócio que tenha potencial para se desenvolver, com o mínimo de burocracia e sem exigências de garantias reais para indivíduos que não possuem condições de apresentar as garantias exigidas pelas instituições tradicionais do sistema financeiro.

A literatura especializada traz a seguinte definição de microcrédito (BARONE, 2002, p. 14):

[...] microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

Nesse sentido as características do microcrédito podem ser resumidas em concessão de empréstimos de pequenos valores para pequeno empreendimento informal e a microempresas, especificamente a agentes econômicos que estão excluídos do acesso ao crédito que é disponibilizado pelo setor financeiro tradicional.

2.5 MICROCRÉDITO PRODUTIVO

Diferentemente dos créditos pessoais, o microcrédito é destinado a meios de produção e capital de giro e não ao consumo (BARONE, 2002).

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) define microcrédito produtivo orientado da seguinte forma:

“O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda que:

- o atendimento ao empreendedor deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento o empreendimento;
- o contato com o empreendedor deve ser mantido durante o período do contrato de crédito, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como o crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e
- o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este”.

2.6 CRÉDITO ORIENTADO E AGENTE DE CRÉDITO

O cliente mais indicado como tomador do microcrédito nem sempre está interessado em pegar empréstimo, pois tem receio de se endividar (BARONE, 2002). Desta forma, a metodologia de microcrédito prevê a existência de agentes de crédito que tornam-se o elo entre a instituição de microcrédito e os pequenos empreendedores.

Segundo Cristina Ribeiro e Carlos Eduardo (2006), “o agente de credito é o responsável por todas as etapas da concessão do crédito, desde o primeiro contato até a liquidação e a renovação”.

A concessão assistida do crédito está apoiada na figura do Agente de Crédito, o qual deve levar aos pequenos empreendedores as informações e orientações essenciais para o êxito do negócio (BARONE, 2002). O relacionamento direto do agente de crédito com o microempreendedor no local da atividade é um fator essencial para que se estabeleça uma relação de confiança, pois ele está envolvido em todo o processo, desde a liberação até o recebimento do crédito (BARONE, 2002; DANTAS, 2014).

Assim, Barone (2002, p. 32) bem resume o trabalho do Agente de Crédito:

O trabalho do Agente de Crédito, resumidamente, começa com uma entrevista com o pretendente ao microcrédito, no local do empreendimento, muitas vezes sua própria moradia. No diálogo com o cliente, o Agente de Crédito faz o diagnóstico da situação financeira e dos aspectos gerenciais do negócio, dimensionando a viabilidade do crédito a ser concedido. A utilização de índices financeiros, planos de investimentos, fluxos de caixa e outros instrumentos faz parte do processo de avaliação. De um modo geral, para empréstimos de valor muito baixo essa análise quantitativa é simplificada, com destaque para a confiabilidade do empreendedor, o plano de investimento e o fluxo de caixa.

2.7 PÚBLICO-ALVO

A atividade de concessão de microcrédito deve estar alinhada a seu público-alvo. Parente (2002) explicita que o público-alvo do microcrédito é formado por pessoas excluídas socialmente, encontradas em situação de linha de pobreza e inclusas nos indicadores de baixa renda. Essas condições desfavoráveis apontam o público marginalizado como o principal usufruidor do microcrédito. Na mesma linha, Costa (2014, p. 106) esclarece, “o público-alvo de programa social de microcrédito não deveria ser, exatamente, a população “não bancarizada”, mas sim os mais pobres entre os pobres”.

De acordo com Paim (2002, p. 149):

O microcrédito tem entre seus princípios básicos a sustentabilidade e o enfoque na população produtiva pobre, valores compatíveis com a real necessidade e capacidade de pagamento do público-alvo e pouca burocracia. Nada tem a ver com transferência de renda, operação a fundo perdido, opondo-se assim ao conceito de crédito assistencialista ou paternalista. Na verdade o que o microcrédito

propõe é uma relação de confiança entre o cliente e a organização financeira, que envolve o conceito de solidariedade e de credibilidade para ambas as partes.

Assim, a preocupação com o público-alvo não é apenas selecionar pessoas sem acesso a instituições financeiras tradicionais, mas sim eleger pessoas com falta de alternativas para reverter a própria situação de desigualdade e ao mesmo tempo se tornar um mecanismo de combate à pobreza e à exclusão social. (PARENTE, 2002; BARONE, 2002).

De acordo com NITSCH e SANTOS (2001):

O público-alvo do microcrédito é, predominantemente, composto por donos de empresas que realizam uma atividade econômica autônoma, muitas vezes informal e, geralmente, autofinanciada através de poupanças próprias ou de parentes e amigos. São pessoas que conhecem bem seu ramo de atividade e cuja orientação é voltada primordialmente para o sustento de sua família, sem grandes expectativas de crescimento. Por isso a maior parte da demanda por microcrédito destina-se a capital de giro para cobrir dificuldades momentâneas de liquidez ou utilizar chances de eventuais negócios favoráveis

3 MARCO CONCEITUAL

3.1 ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO

Devido ao mercado de crédito para o segmento de baixa renda possuir uma grande demanda reprimida pela ausência de oferta, muitos acabam recorrendo a recursos alternativos como empréstimos de familiares, amigos e agiotas que inviabilizam que obtenham crédito no setor financeiro formal. Para dirimir obstáculos com que os pequenos empreendimentos se deparam ao buscarem financiamento é necessário a execução de uma política de crédito. A intervenção pública justifica-se pela importância que o segmento assume na economia, como pelo reconhecimento de suas dificuldades para acessar o crédito, devido a limitações impostas pelo mercado.

Toda relação de troca econômica de crédito se inicia no presente com a transferência dos valores monetários do credor para o devedor, mas só vai se concluir no futuro com o pagamento da dívida e dos juros estabelecidos em contrato (MATOS, 2012). O ponto primordial que está em evidência é um acordo intertemporal e de cumprimento duvidoso e, por isso, cabe às organizações que concedem o crédito examinar e investigar a capacidade futura do tomador de honrar o compromisso assumido, adotando estratégias para manter suas taxas de liquidez, que restringe a oferta de crédito na economia como um todo.

Para reduzir os riscos da operação de crédito, quatro procedimentos são realizados tipicamente pelas instituições financeiras tradicionais (HERMANN, 2005):

- a) a análise detalhada dos fluxos de caixa e balanços patrimoniais do devedor potencial no passado recente;
- b) embutir nos juros do empréstimo a taxa de risco total estimada, em uma espécie de seguro contra o não pagamento total da dívida;
- c) o estabelecimento de um “teto” para as taxas de juros e para a oferta de empréstimos, negando o crédito aos projetos cujos riscos estimados, somados aos custos do banco, exigem uma taxa de juros superior ao teto estabelecido.
- d) a exigência de garantias reais, na forma de ativos que podem ser apropriados no caso de inadimplência, compensando eventuais prejuízos.

Ou seja, o procedimento adotado pelas instituições financeiras tradicionais explica a exclusão do segmento de baixa renda do mercado de crédito bancário. Os bancos tradicionais costumam recusar o crédito aos estratos mais pobres da sociedade exatamente por julgar que estas pessoas podem ter um percentual de inadimplência mais elevada.

Os obstáculos com que os pequenos empreendimentos se deparam ao buscarem financiamento, como a ausência de garantias, exigências de documentações ou históricos contábeis e mesmo obstáculos relacionados ao elevado custo do financiamento, expresso em sua taxa de juros cria um espiral de retroalimentação negativa que dificulta ou simplesmente os exclui desse mercado (MATOS, 2012; Matos e outros, 2014).

Em finanças, o vocábulo crédito define um instrumento de política financeira a ser utilizado por uma empresa na venda a prazo de seus produtos/serviços, avaliando-se a possibilidade de prejuízos financeiros. Os bancos atuam como intermediários financeiros, isto é, captam dinheiro de clientes (agentes superavitários) e os disponibilizam aos tomadores de recursos (agentes deficitários). Para viabilizar a disponibilização destes recursos faz-se necessária uma análise de crédito do tomador, seja ele pessoa física, jurídica ou governo, de modo a mensurar os riscos inerentes ao cliente e às operações de crédito em si.

Em relação ao conceito de risco, Gitman (2002, p. 202) afirma que “risco é fundamentalmente definido como a possibilidade de prejuízo financeiro”.

“No crédito a confiança é o elemento subjetivo, o que governa; ela é a base do crédito. A apreciação, o juízo favorável que o possuidor do capital fizer de uma pessoa ou de um grupo de pessoas (firma) é o que permite a operação de crédito. Entretanto, essa confiança, apreciação ou juízo favorável, tem um fundamento positivo que se estabelece, ou pela garantia material que o devedor possa oferecer para o resgate do empréstimo, ou pelo conceito moral que ele goze”. (VENTURA 2000, p.65-66).

Em se tratando de risco de crédito, o senso comum costuma não distinguir risco de incerteza, tratando-os como sinônimos. Mas é preciso que se faça a distinção entre os dois vocábulos, conforme postula SILVA (1997, p.16):

Risco: existe quando o tomador de decisões pode basear-se em probabilidades objetivas para estimar diferentes resultados, de modo que sua expectativa se baseia em dados históricos e, portanto, a decisão é tomada a partir de suas estimativas julgadas aceitáveis pelo tomador de decisões.

Incerteza: ocorre quando não se dispõe de dados históricos cerca de um fato, o que poderá exigir que o tomador de decisões faça uma distribuição probabilística subjetiva, isto é, baseando em suas sensibilidade pessoal.

Gitman (2002) afirma que os estatísticos diferem risco de incerteza ao passo que o risco existe quando se podem estimar as possibilidades relativas aos resultados, enquanto que na incerteza, por falta de dados, o tomador de decisão faz estimativas aceitáveis, tornando subjetiva a tomada de decisão.

3.2 ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO

O artigo seminal de Stiglitz e Weiss (1981), *Credit rationing in markets with imperfect information*, busca explicar como o crédito é racionado pelos bancos em mercados com informação imperfeita.²

Segundo Neri (2008, p. 109), “um pressuposto básico da economia é que, se os preços reagem a excessos de demanda, não deveria existir racionamento”. Porém, essa análise seria válida somente em um mercado perfeito, que não é o caso do mercado de crédito. Para Stiglitz e Weiss (1981), não existe a validade da lei da oferta e demanda no mercado creditício, em que o preço (neste caso os juros) determinaria o equilíbrio entre a demanda e a oferta do crédito. Reymão e Corrêa (2014, p. 182), definem assimetria de informação da seguinte forma:

Define-se assimetria de informações como o fenômeno no qual um agente ou grupo possui um conjunto de informações sobre determinado tema maior ou diferente de um segundo agente ou grupo interessado nessas mesmas informações. Quando a informação não é completa uma das partes tem benefícios em relação à outra, posto que em uma relação contratual surgem comportamentos oportunistas dos que possuem mais informações.

No contexto de contratos financeiros, a assimetria de informação origina-se do fato de o credor (*lender*) não dispor de informações suficientes do devedor (*borrower*). Consequentemente, um tomador de empréstimos tem melhores informações que o credor sobre o potencial de retorno e o risco incorporado ao investimento (Stiglitz e Weiss, 1981).

Como os bancos operam sempre com um nível de previsibilidade, mas nunca com certeza absoluta, as instituições financeiras garantem seu retorno considerando basicamente para a taxa de juros e o risco das operações. Sem um conhecimento preciso sobre a honestidade do devedor, os altos níveis de informalidade e a precariedade das informações contábeis dos pequenos negócios, e os próprios riscos de mercado, os bancos tentam se cercar de relativa segurança, tomando

² Joseph Stiglitz foi agraciado com o Prêmio Nobel da Economia em 2001 pelo estudo das informações imperfeitas sobre o funcionamento dos mercados.

atitudes defensivas e racionando o crédito a fim de garantir que os valores retornarão nas datas e nas condições acordadas.

Assim, o crédito é racionado e as camadas mais pobres da população sofrem a maioria das restrições. A assimetria de informação entre os agentes econômicos acaba gerando dois problemas clássicos no sistema financeiro: seleção adversa e risco moral, que serão apresentadas a seguir.

3.3 SELEÇÃO ADVERSA

Segundo Stiglitz e Weiss (1981), a seleção adversa tem sua origem na assimetria de informações, pois diferentes tipos de devedores têm probabilidades diferentes de pagar suas dívidas. É um problema enfrentado antes do empréstimo, pois o financiador desconhece as informações do tomador que fica sujeito à seleção adversa. No entendimento de Matos (2012, p. 57):

“os credores se deparam com informações imperfeitas antes de conceder o crédito, induzindo-os a exigir em contrapartida maior compensação financeira, ou garantias mais elevadas. Esse comportamento, como consequência, encarece o custo do crédito no mercado, ou restringe seu acesso, deixando-se assim de financiar vários projetos viáveis, ou selecionando de forma adversa projetos com maior risco. Esse problema associado à existência de assimetria de informação no mercado de crédito é denominado seleção adversa.”

Entende-se nesta teoria que os tomadores de empréstimos honestos que pretendem liquidar suas dívidas são muito sensíveis à taxa de juros. Esperam arcar com todo o ônus do pagamento da taxa alta. Quanto mais alta for a taxa de juros, maior o número de tomadores honestos que desistem de se candidatar a financiamentos, ao constatar o quanto terão que pagar. Já os empreendimentos que concordam tomar empréstimos por mais alta que seja a taxa de juros, possuem menos tendência a pagar seus saldos devedores, por desempenharem projetos de maior risco.

Nessa situação, os bons tomadores não aceitam as elevadas taxas de risco cobradas e desistem de tomar crédito bancário, permanecendo apenas os de maiores riscos, isto é, devido à seleção adversa, o mercado de crédito tende a

afastar os bons devedores em potenciais e atrair os maus pagadores. (REYMÃO e CORRÊA, 2014).

3.4 RISCO MORAL

O segundo problema relacionado à existência de Assimetria de Informação no mercado de crédito é denominado Risco Moral. Toda atividade humana é passível de gerar uma consequência diversa daquela que se idealizava inicialmente. De acordo com o Teorema 7 do artigo de Stiglitz e Weiss (1981, p. 401) “a segunda maneira em que a taxa de juros afeta o retorno esperado do banco é quando o empréstimo muda o comportamento do tomador”. Isto é, os devedores podem desviar e aplicar o dinheiro em operações de maior risco e consequentemente, não conseguir arcar com o compromisso.

Essa situação exemplifica o risco moral, pois não há como conhecer o comportamento de um agente econômico após o empréstimo já ter sido realizado e por isso os bancos preferem racionar o empréstimo ao invés de elevar as taxas de juros. Nas palavras de Stiglitz e Weiss (1981, p. 401):

O aumento da taxa de juros aumenta a atratividade relativa dos projetos de maior risco, os quais o retorno para o banco pode ser inferior. Assim, o aumento da taxa de juros pode levar os devedores tomar ações que são contrárias aos interesses do credor, oferecendo outro incentivo para que os bancos racionem o crédito, em vez de elevar a taxa de juros quando há um excesso de demanda por fundos emprestáveis.

Obviamente, “essas restrições afetam duramente os mais pobres, afastando-os das fontes de financiamento, dada sua impossibilidade de oferecer garantias reais conforme exigido” (REYMÃO e CORRÊA, 2014, p. 184).

A justificativa para a intervenção do poder público por meio da criação políticas de crédito, como a PNMPO, fundamenta-se na necessidade de se dirimir problemas de racionamento de crédito a que estão sujeitos empreendimentos de pequeno porte.

No próximo capítulo, busca-se caracterizar as especificidades do microcrédito e as metodologias utilizadas para a sua concessão (aval solidário; rapidez nos empréstimos e parcelamento em períodos curtos; incentivos progressivos). Essas

características do microcrédito são tratadas como tecnologia que solucionam os problemas apresentados neste capítulo.

4 CARACTERÍSTICAS DO MICROCRÉDITO

4.1 AVAL SOLIDÁRIO

O Microcrédito trouxe práticas inovadoras em termos de crédito bancário. Como o público-alvo formado pelos tomadores finais de crédito usualmente não dispõe de bens que possam servir de garantia, o crédito é concedido em nome de um grupo de pessoas que respondem solidariamente pelas obrigações de liquidação, metodologia denominada aval solidário.

De acordo com Soares (2000), o aval solidário consiste na união de um número reduzido de pessoas, o chamado Grupo Solidário, que deseja obter o crédito, e, para isso, assume a responsabilidade solidária pelo pagamento dos empréstimos de todos os integrantes do grupo, em caso de inadimplência. Os grupos solidários são formados por pessoas de uma mesma comunidade contatadas pelo agente de crédito e com situação financeira parecida.

O processo de formação de Grupos Solidários é auto-seletivo, pois as pessoas buscam o bom pagador sabendo que o não pagamento de um faz com que todos respondam, pagando, pelo crédito concedido. Assim, estabelece-se uma rede de apoio e vigilância que tem como resultado a baixa inadimplência (Barone, 2002).

O aval solidário possui especificidades que permite a remoção de barreiras provocadas por problemas relacionados à assimetria de informação no mercado de crédito, pois reduz os riscos de informação incorretas ou incoerentes, por aumentar a capacidade de informação que o prestador tem do tomador e, também, reduzir os riscos de uma seleção errada. Os potenciais tomadores não irão incentivar, no grupo, maus tomadores que venham a prejudicar a todos (SOARES, 2000).

No sistema de concessão de microcrédito, direcionado para a população de baixa renda, o desenvolvimento de uma metodologia alternativa para a concessão de crédito, que possa superar a falta de informações disponíveis e as garantias tradicionais dessas operações, ocorre com a adoção de visitas 'in loco' e a entrevista com os tomadores, realizada pelo agente de crédito, que utiliza a intuição e sua experiência na execução das suas atividades. (Parente, 2007).

4.2 RAPIDEZ NA CONCESSÃO DOS EMPRÉSTIMOS E PARCELAMENTO EM PERÍODOS CURTOS

De acordo com Santana (2009), uma das vantagens do microcrédito é a celeridade e simplificação no processo de análise e concessão, eliminando-se, ao máximo, os entraves burocráticos (atendendo porem os requisitos mínimos) e restringindo ao máximo o prazo entre o primeiro contato e a liberação.

Após a liberação do o crédito é comum a exigência do pagamento em períodos curtos e em pequenas parcelas, normalmente em espaços de tempo semanais. De acordo com Ribeiro e Carvalho (2006), o pagamento dessas parcelas começa logo após a concessão do empréstimo, sendo uma ferramenta que permite acompanhar a capacidade de pagamento do tomador, diminuindo os riscos de inadimplência e custos de transação e dando à instituição liquidez imediata para liberar novos empréstimos.

4.3 INCENTIVOS PROGRESSIVOS

O microcrédito geralmente se inicia com o fornecimento de pequenos valores que podem ir aumentando posteriormente conforme os empréstimos anteriores vão sendo quitados. Segundo Matos (2012), o incentivo progressivo consiste em somente elevar o teto dos valores de financiamento contratado a partir da formação de um histórico de crédito, também possibilitando assim a redução de risco de inadimplência e dos custos de transação a ele associado, ou seja essa característica cria uma espécie de “círculo virtuoso” onde o tomador é incentivado a pagar em dia, já que esse é um indicativo importante para o recebimento de novo crédito, que pode ser de valor maior.

De acordo com Ribeiro e Carvalho (2006), os incentivos progressivos consistem na possibilidade de renovação ou contratação de novos empréstimos em montantes progressivamente elevados, tendo como premissa a pontualidade do tomador na quitação do empréstimo anterior. Desse modo é possível reduzir o custo de transação, pois os montantes emprestados se elevam e a necessidade de monitoramento do tomador reduz a cada empréstimo quitado.

5 MARCO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

Este capítulo aborda o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) a partir do qual encontra-se estruturada a política de microcrédito no Brasil. Nesse capítulo trataremos as seguintes seções: Legislação; Instrumentos da Política; Coordenação; Atores Que Executam a Política e Análise dos Resultados Recentes da Política.

5.1 LEGISLAÇÃO

A dificuldade de acesso dos pequenos empreendimentos ao crédito apresentada ao longo deste trabalho justifica a necessidade de apoio a este segmento devido à sua significativa participação na geração de emprego e na atividade econômica do país (MATOS, 2012). Diante de tais constatações, as instituições públicas entenderam que a atividade de microcrédito deveria constituir objeto de política.

Para Miguel (2012), o microcrédito é abordado não como tema exclusivamente econômico, mas como um programa governamental que representa um projeto de caráter social implantado via mercado financeiro. Contudo, apenas nos anos recentes foram desenvolvidas políticas com vistas à inclusão financeira da população de baixa renda, precursoras da política de microcrédito.

Os esforços governamentais para aumentar a disseminação do microcrédito no país com o objetivo de assegurar a sustentabilidade dos microempreendimentos, tendo em vista as especificidades do setor e a própria natureza das operações de microcrédito, geraram a necessidade, por parte do governo federal, de propor ao Congresso Nacional um novo marco legal o que culminou na edição da Medida Provisória nº 226, convertida em abril de 2005 na Lei nº 11.110, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), marco regulatório central para esta modalidade de crédito.

A política pública para o microcrédito ganha impulso com a formulação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Com o PNMPO, o microcrédito passou a ser reconhecido como política pública de desenvolvimento

social e econômico funcionando como mecanismo de combate à pobreza e à exclusão social no País (REYMÃO E CORRÊA, 2014).

Essa abordagem política acerca do microcrédito, que lhe confere contornos de política pública, visa incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares e consolidar o conceito de microcrédito produtivo orientado, estabelecendo o modelo operacional para o programa. Com a instituição deste marco legal, “houve a determinação do público-alvo da política pública, da metodologia do microcrédito produtivo orientado e a finalidade específica do programa em disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado” (PEREIRA, 2007).

O PNMPO também surgiu com importância de qualificar e distinguir o microcrédito concedido no Brasil, diferenciado assim o microcrédito para pequenos empreendedores, do microcrédito de bens e consumo (SOARES e SOBRINHO, 2008). O PNMPO não apenas permite a disponibilização do crédito para os pequenos empreendedores, mas também busca proporcionar orientação para que os pequenos empreendedores potencializem suas atividades.

Desta forma, a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado com os seguintes objetivos gerais (MTE, 2014):

- a) incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.
- b) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.
- c) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Para o PNMPO, microempreendedores populares são “pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil reais” (MTE, 2014). A Lei 11.110/05 define os instrumentos de política de crédito, que serão apresentadas a seguir.

5.2 INSTRUMENTOS DA POLÍTICA

A Lei Federal 11.110, de 25 de abril de 2005, definiu as formas de financiamento do Programa Nacional de Microcrédito e as instituições que podem operar tal carteira. Esse marco legal autorizou o poder público brasileiro a conceder subvenção econômica em benefício das instituições bancárias e financeiras. A Lei definiu que cabe ao Conselho Monetário Nacional (CMN) do Brasil e ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), órgão vinculado ao MTE, disciplinar as condições de repasse de recursos e de aquisição de carteiras de crédito das instituições de microcrédito pelas instituições bancárias e financeiras.

Detalharemos a seguir as duas fontes dos recursos que devem ser aplicados no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: uma parcela dos depósitos captados à vista pelas instituições financeiras, e parte dos recursos arrecadados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A Lei 11.110, que criou o Plano Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), no Brasil, permitiu que os bancos comerciais pudessem destinar até 2% dos depósitos mantidos em reservas no Banco Central à atividade de microcrédito, diretamente, ou via financiamento de carteiras de instituições de microcrédito, sendo estabelecida uma taxa de juros máxima de 4% mensal ao cliente final beneficiário dessas operações, valor abaixo das taxas de juros praticadas pelas instituições de microcrédito brasileiras.

Além disso, essa Lei também estabeleceu que recursos provenientes do FAT pudessem ser utilizados no programa de microcrédito. Por essa Resolução, é possível alocar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador em depósitos especiais remunerados nas instituições financeiras operadoras, conforme Programação Anual de Depósitos Especiais do FAT (PDE) para cada exercício, na importância de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), excedentes à reserva mínima de liquidez do Fundo, para ser aplicada em operações no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito.

Os instrumentos de política especialmente voltados à promoção da atividade de microcrédito, no Brasil, foram estruturados somente nas últimas duas décadas. Essa atividade foi desenvolvida no País, antes, por organizações não

governamentais que dependiam amplamente do acesso a fundos de doadores para a formação do *funding* de suas carteiras, o que limitava a sua expansão.

5.3 COORDENAÇÃO

O Programa é coordenado por um comitê interministerial, com representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego (Coordenador), da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Suas funções deste comitê interministerial:

- Subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do PNMPO
- Definir prioridades e condições técnicas e operacionais do PNMPO
- Receber, analisar e elaborar proposições a serem submetidas aos Ministérios diretamente envolvidos no PNMPO, ao CODEFAT e ao CMN
- Acompanhar e avaliar a execução do PNMPO

5.4 ATORES QUE EXECUTAM A POLÍTICA

O marco legal que institui o PNMPO define que podem atuar como Agente de Intermediação no PNMPO os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as cooperativas centrais de crédito podem atuar como repassadores de recursos, Agente de Intermediação (AGI), das Instituições Financeiras Operadoras (IFO) para as Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO).

Segundo dados do MTE (2014), atualmente há 515 instituições habilitadas ao PNMPO, das quais se destacam as cooperativas de crédito (cerca de 56% do total das IMPOS) e as OSCIPs (cerca de 31%).

5.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS RECENTES DA POLÍTICA

O ano de 2005 representou um marco na indústria microfinanceira no Brasil devido, como destacado, à criação do PNMPO, que consolidou o conceito de microcrédito produtivo orientado, seus parâmetros operacionais, fontes de recursos

e metodologia de habilitação ao programa pelas instituições interessadas. Some-se a isso a celebração do Ano Internacional do Microcrédito, que deu visibilidade ao setor e estimulou o incremento do número de instituições interessadas em atuar com microfinanças.

Nessa seção é feita a análise dos resultados alcançados pelo PNMPO relacionando com as características do microcrédito apresentada nos capítulos anteriores. A partir da análise dos resultados a que chegaram os estudos nesta seção discutidos, busca-se verificar a efetividade dos esforços recentes do poder público com vistas a estruturar instrumentos de política de apoio aos pequenos empreendimentos menos estruturados.

Os dados apresentados a seguir tem como fonte o Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 3º trimestre de 2014. As informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego são geradas por meio de um sistema de coleta de informações junto às organizações habilitadas no PNMPO.

a) Execução do PNMPO 2014

O valor de microcrédito concedido, no âmbito do PNMPO, chegou ao final de 2014 a R\$11,6 bilhões de reais, conforme demonstra a Tabela 1. Os contratos realizados chegaram ao total de 5,6 milhões e foram atendidos 5,5 milhões de clientes.

Comparativamente ao ano de 2005, ano da criação do PNMPO, a quantidade de operações de microcrédito produtivo orientado passou de 632.106 operações/ano para 5.667.287,00 em 2014, registrando crescimento de 896,5%, enquanto o valor dos créditos concedidos cresceu de R\$ 602.340 milhões em 2005 para R\$ 11,6 bilhões de reais em 2014 (MTE, 2007).

Tabela 1 – Comparativos Temporais da Execução do PNMPO – 2014 e 2013

Comparativos Temporais	Valores em R\$ (a preços correntes)					Variações (em %)		
	4º Trimestre de 2014	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	Acumulado em 2014 (jan-dez)	4º Tri 2014 / 3º Tri 2014	4º Tri 2014 / 4º Tri 2014	Acumulado 2014/ Acumulado 2013
Valor Concedido	3.157.801.869,04	3.134.140.762,49	2.909.869.833,94	2.444.503.667,12	11.646.316.132,59	0,75	-12,56	14,60
Contratos Realizados	1.427.972	1.496.559	1.464.019	1.278.737	5.667.287,00	-4,58	-26,03	-0,80
Clientes Atendidos	1.407.481	1.447.502	1.434.950	1.237.622	5.527.555,00	-2,76	-24,50	-2,43

Fonte: MTE / PNMPO 2014

b) Carteira Ativa por Constituição Jurídica

O maior volume ofertado de microcrédito produtivo orientado está concentrado nas Instituições Financeiras Operadoras (com 54,03% do total da carteira ativa) e nos Bancos de Desenvolvimento (que respondem por 37,32% do total da carteira ativa). A Carteira Ativa atingiu, em 31/12/2014, o montante de R\$ 7.113.145.202,81.

Tabela 2 – Carteira Ativa por Constituição Jurídica

Constituição Jurídica	Valor da Carteira Ativa em 31/12/2014 (em R\$ a preços correntes)	%	Clientes Ativos em 31/12/2014	%
Agencia de Fomento	53.853.544,97	0,76%	19.138	0,54%
Banco de Desenvolvimento	2.654.757.918,28	37,32%	1.862.239	52,22%
Cooperativa de Crédito	279.434.373,84	3,93%	39.351	1,10%
IFO - Instituição Financeira Operadora	3.842.885.997,61	54,03%	1.517.411	42,55%
OSCIP	186.682.874,35	2,62%	64.553	1,81%
SCM	95.530.493,76	1,34%	63.127	1,77%
TOTAL	7.113.145.202,81	100,00%	3.565.819	100,00%

Fonte: MTE / PNMPO 2014

Entretanto, percebe-se que apesar das IFOs e Bancos de Desenvolvimento ofertarem o maior volume de MPO, o maior volume instituições habilitadas pelo MTE a operar no âmbito do PNMPO está concentrado nas constituições jurídicas Cooperativa de Crédito (292) e OSCIPs (161).

Tabela 3 - Quantitativo de Instituições Habilitadas pelo MTE a operar no âmbito do PNMOP

Constituição Jurídica	Instituições Habilitadas junto ao MTE
Agência de Fomento	10
Banco Cooperativo	1
Banco de Desenvolvimento	4
Cooperativa Central de Crédito	7
Cooperativa de Crédito	292
IFO – Instituição Financeira Operadora	12
OSCIP	161
SCM	26
Sociedades Operadoras de MPO	2
Total	515

Fonte: MTE / PNMPO 2014

c) Distribuição dos Clientes por Gênero

A Tabela 4 revela a distribuição dos clientes por sexo, mostrando a forte presença das mulheres como principal perfil de público atendido, as quais representam 61,68% do valor concedido. Esses percentuais são bem próximos dos observados para execução consolidada ao longo de 2014: 61% dos valores concedidos foram para mulheres e 63,87% dos clientes atendidos foram do sexo feminino.

Não há dúvidas acerca das semelhanças entre os dados e o *Grameen Bank*, observamos a importância da prioridade dada às mulheres nas operações de microcrédito, pelo fato de que o crédito concedido a elas se reverte em benefícios para a família e, particularmente, para as crianças, enquanto os homens costumam gastar consigo próprios.

O desenvolvimento desse programa e os resultados alcançados no período demonstram que ele apresenta condições que favorecem a autonomia das mulheres, o fortalecimento das famílias e o desenvolvimento do capital social.

Tabela 4 – Clientes do PNMPO por Sexo

Sexo	Clientes ativos em 31/12/2014		Clientes Atendidos no 4º Trimestre de 2014		Valor Concedido (em R\$)	
Mulher	2.191.311	61,31%	905.321	64,32%	1.947.688.887,50	61,68%
Homem	1.382.563	38,69%	502.160	35,68%	1.210.112.981,54	38,32%
Total	3.573.964	100,00%	1.407.481	100,00%	3.157.801.869,04	100,00%

Fonte: MTE / PNMPO 2014

d) Distribuição por Situação Jurídica

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos clientes por situação jurídica. Os dados mostram que os empreendedores informais representam 96,67% dos clientes atendidos no 4º trimestre de 2014, percentual muito próximo ao observado para a execução agregada ao longo de 2014: 96,14% dos clientes atendidos eram informais.

Esses dados nos mostram que PNMPO está alcançando o objetivo de atender os estratos menos estruturados da economia, formado, sobretudo, por empreendimentos informais negligenciados pelo sistema financeiro tradicional. A informalidade entre as MPEs é uma das razões para o estabelecimento de políticas públicas que tornem viável o exercício da micro e pequena atividade econômica no Brasil. Possibilidade esta, praticamente nula a contar pelo mercado tradicional de crédito, no qual estes microempreendedores esbarram em dificuldades, seja pela sua informalidade ou pela incapacidade de comprovar bens que garantam seus compromissos.

Assim, o Programa pretende, ainda, promover ações voltadas para a integração de políticas públicas a partir da celebração de parcerias com outros órgãos da administração pública ou organismos da sociedade civil. Inicialmente, o Programa está negociando parcerias dirigidas à capacitação e ao fortalecimento das pequenas unidades produtivas, ao estímulo à formalização das atividades econômicas informais, ao acesso a direitos trabalhistas e previdenciários por parte dos proprietários e funcionários da microempresa e à emancipação dos beneficiários/empreendedores do Programa Bolsa Família.

Tabela 5 – Clientes do PNMPO por Situação Jurídica

Situação Jurídica	Clientes Ativos em 31/12/2014		Clientes Atendidos no 4º Trimestre de 2014		Valor Concedido (em R\$)	
Formais	205.898	5,76%	46.910	3,33%	185.733.901,47	5,88%
Informais	3.369.066	94,24%	1.360.571	96,67%	2.972.067.967,57	94,12%
TOTAL	3.573.964	100,00%	1.407.481	100,00%	3.157.801.869,04	100,00%

Fonte: MTE / PNMPO 2014

e) Finalidade de Crédito

A última análise será sobre a finalidade do crédito. A grande maioria dos clientes atendidos no 4º trimestre de 2014 (89,22% do total) demandou microcrédito para a composição/recomposição do capital de giro. Apenas 7,70% do total de clientes atendidos no período demandaram microcrédito para investimento. Ambos os percentuais estão muito próximos do observado para a execução agregada ao longo de 2014.

O capital de giro tornou-se uma peça-chave na estratégia de desenvolvimento dos microempreendimentos. Como vimos, o PNMPO oferece apenas microcrédito produtivo orientado e não crédito destinado a consumo. O microcrédito produtivo – que tem, como um de seus objetivos, prover capital de giro a esses empreendedores de baixa renda – trata-se de um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e deve ser concedido com o uso de metodologia específica.

Tabela 6 – Clientes do PNMPO por Finalidade de Crédito						
Finalidade do Crédito	Clientes Ativos em 31/12/2014		Clientes Atendidos no 4º Trimestre de 2014		Valor Concedido (em R\$)	
Capital de Giro	2.847.504	79,67%	1.255.728	89,22%	2.691.723.541,68	85,24%
Investimento	462.736	12,95%	108.443	7,70%	312.811.645,66	9,91%
Misto	263.724	7,38%	43.310	3,08%	153.266.681,70	4,85%
TOTAL	3.573.964	100,00%	1.407.481	100,00%	3.157.801.869,04	100,00%

Fonte: MTE / PNMPO 2014

Por fim, quanto à distribuição dos clientes por ramos de atividades, observa-se uma considerável concentração de demandantes de microcrédito que operam no comércio: 74,24% do total de clientes atendidos, como revela a tabela 4 (6,28% a empreendimentos no ramo dos serviços, 1,81% a indústria, 0,17% a microempreendimentos agrícolas e 17,50% a outras finalidades). Esse percentual é superior ao observado para a execução agregada ao longo de 2014: 68,36% dos clientes atendidos eram ligados a atividades comerciais.

Tabela 7 – Clientes do PNMPO por Ramos de Atividade						
Ramo de Atividade	Clientes Ativos em 31/12/2014		Clientes Atendidos no 4º Trimestre de 2014		Valor Concedido (em R\$)	
Agricultura	12.241	0,34%	2.356	0,17%	11.819.087,04	0,37%
Comércio	1.915.111	53,59%	1.044.981	74,24%	2.091.879.531,34	66,24%
Indústria	64.141	1,79%	25.520	1,81%	69.197.051,40	2,19%
Serviços	231.516	6,48%	88.342	6,28%	273.279.831,03	8,65%
Outros	1.350.955	37,80%	246.282	17,50	711.626.368,23	22,54%
TOTAL	3.573.964	100,00%	1.407.481	100,00%	3.157.801.869,04	100,00%

Fonte: MTE / PNMPO 2014

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, com o presente estudo, analisar os resultados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado, em torno do qual se estrutura a política de microcrédito no Brasil.

Para atingir esse fim, iniciou-se com um histórico da criação do *Banco Grameen*, em Bangladesh. O professor Muhammad Yunus foi o idealizador e realizador de uma experiência pioneira que ficou conhecida no mundo todo, servindo de inspiração para as políticas públicas de crédito em países espalhados por todo o mundo, entre eles o Brasil. A partir de meados da década de 1990, o governo brasileiro se propôs a criar as condições necessárias para que os pobres tivessem acesso a serviços e produtos financeiros, culminando na criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005.

O microcrédito é uma modalidade de crédito muito importante devido à sua função social de facilitar o acesso ao crédito para microempreendedores excluídos do sistema financeiro tradicional, atuando na geração de renda para as comunidades mais pobres do país, com impactos na redução da desigualdade de renda e pobreza destas comunidades.

No aspecto econômico e financeiro, as experiências do microcrédito representam uma forma de democratizar o acesso ao dinheiro e de transformá-lo em riquezas para os pequenos empreendedores que dele se utilizam.

Para atendimento a microempreendedores normalmente excluídos do acesso ao crédito, tem-se que adotar tratamento diferenciado, com isenção de garantias reais, proximidade com a clientela, simplificação nas condições de pagamento e nas exigências com cadastro e apresentação de projetos, liberação rápida, créditos de baixos valores e prazos pequenos para pagamentos.

A concessão assistida de crédito, o sistema de garantias, o aval solidário, a orientação ao crédito produtivo, a adequação ao ciclo de negócios, o baixo custo de transação e o foco nas mulheres são pilares nos quais se sustentam instituições de microcrédito espalhada pelo mundo. Esses conceitos, em conjunto, têm o poder de criar uma alternativa ao sistema de crédito tradicional e conceder crédito à população de mais baixa renda.

No entanto, o PNMPO não deve ser visto como instrumento único de combate à pobreza, mas como um importante elemento associado a tantos outros, como a qualificação profissional e a capacitação gerencial.

A assimetria de informação existente no mercado de concessão de crédito para os pequenos empreendimentos é um dos grandes fatores impeditivos para sua expansão. Sem instrumentos de análise de risco adequados para avaliar o potencial de pagamento dos empreendimentos de menor porte, os bancos optam por estratégias conservadoras, emprestando pouco e a custos elevados para este segmento. Iniciativas que busquem reduzir a assimetria de informação entre as pontas tomadoras e ofertantes de recursos são fundamentais para que se atinja um equilíbrio mais justo neste mercado, justificando a estruturação de políticas públicas com este propósito.

Para minimizar a seleção adversa o risco-moral dos contratos, o modelo utiliza o crédito orientado em todos os seus pilares metodológicos: orientação, capacitação e acompanhamento; como também, o aval solidário que promove o automonitoramento do grupo. O agente de crédito é um importante elemento nesse processo para promover a aproximação, monitoramento do público-alvo e consequentemente a sustentabilidade da instituição pelo cumprimento dos contratos.

Na última parte do trabalho constatamos que, no Brasil, existem avanços de política no sentido de ampliar e incentivar as iniciativas privadas no setor de microcrédito. Nesse sentido, tomamos como objeto de estudo o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Assim, procuramos analisar os principais resultados do Programa.

Constatou-se que o marco legal do PNMPO tem procurado explorar o potencial da atividade de microcrédito, criando novas fontes de recursos que permitem a alavancagem do segmento, ao mesmo tempo em que vem fortalecendo as instituições que operam com microcrédito, contribuindo, assim, para a sua expansão no mercado.

Visto a necessidade de intervenção de Instituições Públicas na atividade de microcrédito e após criação de uma política creditícia (PNMPO), houve um estímulo aos bancos comerciais ofertarem microcrédito com percentual dos depósitos compulsórios, e também houve aumento de *funding* para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Cooperativas de Crédito em função de repasses de bancos de desenvolvimento e

agências de fomentos integrantes do PNMPO, permitindo uma significativa expansão da atividade de microcrédito, seja em termos de pequenos empreendedores atendidos, como de volume de microcrédito concedido, como analisado neste trabalho.

Por fim, os avanços do Programa Nacional de Microcrédito podem ser constatados através dos dados coletados e apresentados no Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 3º trimestre de 2014 tratados no capítulo 4 desse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAUJO, T. P.; LIMA, R. A.. MICROCRÉDITO ONTEM e HOJE. In: Franco de Matos; Júnior Macambira; Maria Cristina Cacciamalli. (Org.). **A ATIVIDADE A E POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO BRASIL**. 1ed. Fortaleza; São Paulo: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2014, v. 1, p. 35-53.

BARONE, Francisco Marcelo. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BEUREN, Ilsa Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.110**, de 25 de abril de 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Análise dos Dados Consolidados – Ano 2007**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do 3º trimestre de 2014**. Brasília, DF, 2014.

COSTA, Fernando Nogueira. MICROCRÉDITO NO BRASIL. In: Franco de Matos; Júnior Macambira; Maria Cristina Cacciamalli. (Org.). **A ATIVIDADE A E POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO BRASIL**. 1ed. Fortaleza; São Paulo: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2014.

DANTAS, V. DE A. Microcrédito e cidadania. In: U. IDT (Ed.); **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios**. p.201, 2014. Fortaleza

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**, 7.Ed. São Paulo: Harbra, 2002.

HERMANN, Jennifer. Microcrédito como Política de Geração de Emprego e Renda: possibilidades e limites. In: SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. (orgs.) **Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p.271-299.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003

MATOS, F. **Políticas de crédito para pequenos empreendimentos: análise comparativa da capacidade de intervenção pública: Brasil e Argentina**. 2012.Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

MATOS, F.; CACCIAMALI, M. C.; MACAMBIRA, J. (orgs) **A Atividade e a Política de Microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT, USP, 2014.

MIGUEL, A. C. **Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de microfinanças**. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, (UNESP), v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.

NERI, Marcelo (Org.). **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance do Crediamigo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NITSCH, Manfred; SANTOS, Carlos A. **Da repressão financeira ao microcrédito**. Revista de Economia Política, v. 21, n. 4 (84), out./dez. 2001.

ONU. ASSEMBLEIA GERAL. **“O Ano Internacional do Microcrédito”**. Discurso do ex-Secretário-Geral Kofi Annan, 29 de dezembro de 2003: Disponível em: <http://www.yearofmicrocredit.org/pages/multilingual/spanish.asp>. Acesso em 29/05/2015.

PAIM, Zélia Maria de Abreu. **Microcrédito não é crédito pequeno – vamos fortalecer a solidariedade?** Bahia e análise & dados, SEI, Salvador, v.12, n.1, p.149-152, junho de 2002.

PARENTE, S. **Políticas públicas e sustentabilidade**. Banco Central. 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/SeMicro2/Trabalhos/06_2T_Silvana.doc>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília, DF: AED, 2002

PEREIRA, Almir da Costa. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – (PNMPO): Descrição, Resultados e Perspectivas**. Artigo. 21 p. Banco Central do Brasil; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Ministério do Trabalho e Emprego. Porto Alegre - RS, 2007.

REYMAO, A. E. N. ; CORREA, H. A. B. . **Assimetrias de Informação e Microcrédito: Reflexões sobre o uso do capital social para a redução da pobreza**. In: MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M.C.. (Org.). A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios.. 1ed.Fortaleza: IDT,USP, 2014, v. , p. 177-201.

RIBEIRO, Cristina Tauaf; CARVALHO, Carlos Eduardo. **Do microcrédito às microfinanças: desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamentos: uma contribuição a análise da experiência brasileira**. São Paulo: FAPESP/ EDUC, 2006.

SANTANA, Marcelo Almeida. **A metodologia do microcrédito – o caso do CREDIBAHIA**. Salvador, 2009.

SANTIAGO, E. G.. Microcrédito, emancipação empreendedora e combate à pobreza: controvérsias e outros caminhos. In: Franco de Matos; Júnior Macambira; Maria Cristina Cacciamali. (Org.). **A atividade e a política de microcrédito no**

Brasil : visões sobre sua evolução e futuros desafios. 1ªed.Fortaleza: IDT/ USP, 2014, v. , p. 55-74.

SILVA, José Pereira da. **Administração de Crédito e Previsão de Insolvência**, 1.Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SOARES, M. M. **Microcrédito**. Brasília: BACEN, 2000.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. – Brasília : BCB, 2008. 202 p.

STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. **Credit rationing in markets with imperfect information**. American Economic Review, v. 71, p. 393-410, 1981.

VENTURA, E. C. **A Evolução do Crédito da Antiguidade aos dias Atuais**. Curitiba: Juruá, 2000. P. 1 - 70.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.